



**UNICEPLAC**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO

**Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC**  
**Curso de Medicina**  
**Trabalho de Conclusão de Curso**

**Cassação do registro médico: constitucionalidade e implicações  
profissionais**

Gama-DF  
2023

**GABRIEL PIMPÃO DE PAULA  
REBECA VIANA PORFÍRIO MILESKI**

**Cassação do registro médico: constitucionalidade e implicações  
profissionais**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de Medicina do Centro  
Universitário do Planalto Central Aparecido dos  
Santos – UNICEPLAC.  
Orientador: Prof. Me. Jobe Petter.

Gama-DF  
2023

P324c

Paula, Gabriel Pimpão de.

Cassação do registro médico: constitucionalidade e implicações profissionais. / Gabriel Pimpão de Paula, Rebeca Viana Porfírio Mileski. – 2023.

47 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC, Curso de Medicina, Gama-DF, 2023.

Orientação: Prof. Me. Jobe Petter

1. Constitucionalidade. 2. Pena perpétua. 3. Cassação de registro médico. I. Pimpão, Gabriel de Paula. II. Título.

CDU: 6

**GABRIEL PIMPÃO DE PAULA  
REBECA VIANA PORFÍRIO MILESKI**

**Cassação do registro médico: constitucionalidade e implicações  
profissionais**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de Medicina do Centro  
Universitário do Planalto Central Aparecido dos  
Santos – UNICEPLAC.

Gama, 25 de maio de 2023.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Me. Jobe Petter  
Orientador

---

Prof. Me. Alessandro Ricardo Caruso da Cunha  
Examinador

---

Prof. Dr. Carlos de Almeida Baptista Sobrinho  
Examinador

## RESUMO

Este trabalho avalia a matéria-objeto de decisões administrativas sancionatórias relativas a atos médicos considerados puníveis, bem como suas bases jurídicas e efeitos após a aplicação, apresentando críticas quanto à compatibilidade com o ordenamento jurídico brasileiro. Inicia-se estabelecendo conceitos fundamentais concernentes aos tipos de responsabilidade dos atos médicos e quais penalidades podem ser aplicadas por meio de decisão administrativa proferida pelos Conselhos de Medicina. Assinala o que pode ser considerado ato ilícito penal e ato ilícito administrativo, fazendo um paralelo quanto às garantias constitucionais. Conciliando o disposto na Constituição Federal de 1988 com dispositivos infraconstitucionais pertinentes, analisa a compatibilidade das decisões administrativas com o sistema jurídico e princípios constitucionais basilares, conjuntamente às decisões de Tribunais Superiores que já mencionaram o tema. Estabelece funções dos Conselhos de Medicina, assentando sua natureza jurídica e suas atribuições, na busca de delimitar qual seria sua margem limítrofe de atuação como órgão sancionador administrativo. Faz um comparativo entre a atuação sancionatória dos Conselhos de Medicina com conselhos de outras categorias profissionais. Explana sobre os trâmites de Sindicância e do Processo Administrativo Disciplinar, firmando a tipicidade das penalidades, seus efeitos concretos. Por fim, diante da incongruência com princípios inerentes à dignidade da pessoa humana e do Estado Democrático de Direito, defende a necessária modificação normativa, diante da expressa vedação constitucional da aplicação de pena de caráter perpétuo.

**Palavras-chave:** Constitucionalidade; pena perpétua; cassação do registro médico.